

A PERSISTÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS DE BIOPOLÍTICA E SOBREVIVÊNCIA MODULÁVEL

THE PERSISTENCE OF DEVELOPMENT IN TIMES OF BIOPOLITICS AND MODULAR SURVIVAL

Guilherme F. W. Radomsky¹

RESUMO

O artigo examina a persistência de programas e políticas de desenvolvimento em um momento que parece apontar certo esgotamento desta narrativa. A partir de vertentes críticas que abordam o tema do desenvolvimento e especialmente de eixos de análise oferecidos por Giorgio Agamben (e outros autores com quem o filósofo italiano dialoga em seus escritos), o texto procura analisar com base na literatura contemporânea qual o sentido de transformação social real permanece nos processos de desenvolvimento. Busca também examinar como a narrativa do desenvolvimento se atualiza com recentes desdobramentos em torno do neoliberalismo, da biopolítica e da sobrevivência modulável de nosso tempo. A plasticidade modulável de produção e governo dos vivos e a metamorfose incessante do que seja desenvolvimento investem numa convergência com mecanismos de mercado e artifícios pós-disciplinares de regulação, apresentando o desenvolvimento como dispositivo ainda eficaz para captura e controle da vida.

Palavras-chave: Sociedades de controle. Neoliberalismo. Algoritmos. Desenvolvimento.

ABSTRACT

The article examines the persistence of development programs and policies at a moment that seems to indicate a certain exhaustion of this narrative. Based on critical approaches about the theme of development and especially on Giorgio Agamben's thought (and other authors with whom the Italian philosopher dialogues in his writings), the text seeks to analyze, based on contemporary literature, which purpose of real social transformation remains in development processes. It also intends to examine how the development narrative is updated with recent trends around neoliberalism, biopolitics and the modular survival of our time. The modular plasticity of production and government of the living and the incessant metamorphosis of what is development accomplish a convergence with market

¹Doutor em Antropologia Social (UFRGS, 2010), professor do departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3756-4286> E-mail: guilherme.radomsky@ufrgs.br

mechanisms and post-disciplinary instruments of regulation, presenting development as a still effective apparatus for capturing and controlling life.

Key-words: Societies of control. Neoliberalism. Algorithm. Development.

INTRODUÇÃO

O reino messiânico e o tempo mecânico produziram, na cabeça dos homens do Iluminismo (*Aufklärer*), a ideia – bastarda e digna de maldição – do Progresso. Porque, quando se é um *Aufklärer* [...], a perspectiva dos tempos messiânicos deve necessariamente se deformar em Progresso (G. Scholem).

Em 1992, quando é lançada a obra *Dicionário do Desenvolvimento*, seu organizador, Wolfgang Sachs, escreve na apresentação: “A ideia de desenvolvimento permanece como uma ruína na paisagem intelectual e já chegou o tempo de escrevermos seu obituário” (SACHS, 1992, p. 5). Uma sentença expressivamente forte, mas que se colocava num contexto especial da relação dos países chamados desenvolvidos com o restante do planeta. Foi por volta desta época que tanto James Ferguson como Arturo Escobar publicaram seus trabalhos mais conhecidos mostrando o fracasso de décadas de políticas e programas de desenvolvimento e que também na Europa e alhures apareciam estudos tais como os de Gilbert Rist, Majid Rahnema, Gustavo Esteva e Dominique Perrot sobre a mesma temática.

Diferente das análises anteriores – comumente voltadas a uma possibilidade de um desenvolvimento produtivo e inclusivo – Ferguson (1990) e Escobar (1995) não procuram um balanço reflexivo que permita a refundação do desenvolvimento de um ponto de vista mais democrático ou autônomo, mas a implosão da sua narrativa. Cabe destacar que ambos os autores valeram-se da perspectiva de Michel Foucault e se concentraram na armadura que formou o dispositivo do desenvolvimento.

Não cabia mais verificar as falhas dos projetos para ser possível corrigi-los. Tampouco verificar o que as sociedades (especialmente as tradicionais) necessitavam em termos psicossociológicos e tecnológicos para serem modernas (postulado das teorias da modernização) ou quais contradições as políticas de

desenvolvimento geravam (o marxismo). O foco estaria em demonstrar o que o desenvolvimento faz concretamente, pois é um instrumento poderoso de governo, disciplinamento e modelagem social, mesmo com problemas, insuficiências e lacunas.

Passados 25 anos da publicação do Dicionário, que se tornou referência em abordagem crítica para o tema, uma edição da revista *Third World Quarterly* faz uma homenagem à obra em 2017 com artigos de vários autores que participaram de sua edição. Após quase três décadas, o que se pode falar tanto a respeito do livro quanto do assunto, isto é, da recusa radical ao desenvolvimento? O próprio Sachs (2017) em tom de autocrítica faz uma afirmação de se destacar: “como fomos ingênuos em pomposamente declarar o ‘fim da era do desenvolvimento!’” (SACHS, 2017, p. 2573).

Mas cabe dizer que as coisas não são mais as mesmas. Segundo Sachs (2017), a palavra desenvolvimento se tornou tão plástica que nela cabem objetivos contraditórios. Isto não é necessariamente novidade do séc. XXI, mas o autor argumenta que ao desenvolvimento se prestam fins muito amplos ou que dizem pouco e também objetivos de mudança social muito variados. Esta plasticidade mostra igualmente as décadas de fracasso das políticas e suas incessantes tentativas. Contudo, ainda assim, o desenvolvimento sobreviveu como visão de mundo, conclui Sachs. Mas que visão é esta e qual sua efetividade prática?

Em vários destes aspectos, Sachs parece ter razão. A título de exemplo, observamos nas últimas décadas um esforço de renovação do desenvolvimento, quase sempre acompanhado com um qualificativo que lhe dá – espera-se – maior precisão de definição e locus de intervenção: desenvolvimento territorial, local, social, de gênero, inclusivo e outros. Muitos adjetivos para uma eficácia prática duvidosa.

A retomada neo-desenvolvimentista na América Latina do séc. XXI reascendeu a discussão sobre os limites ambientais, os anseios para o crescimento inclusivo e os aspectos emergentes das possibilidades participativas e localizadas do desenvolvimento. Mas mesmo esta retomada com mais incisiva participação do Estado na indução do crescimento econômico e com programas conexos de intervenção social teve vida curta. Além das dificuldades de financiamento,

endividamento e capacidade estatal, as ideias liberais voltaram à ordem do dia rapidamente – efetivamente, parece que nunca abandonaram o imaginário político.

De outra parte, o conceito de biopolítica vem alimentando debates recentes em torno do desenvolvimento e estes sim emergem como discussão renovadora da crítica, porém do ponto de vista analítico, tais como os trabalhos de Mezzadra et al. (2013), Sylvester (2006) e Gupta (2012). Particularmente, observa-se o fenômeno nas ciências sociais e em parte decorre da renovação italiana ao problema elaborado antes por Foucault. Alguns autores se valem do pensamento de Giorgio Agamben (menos frequentemente o de Roberto Esposito) para reordenar o nexo interpretativo entre desenvolvimento, decisão soberana e poder sobre a vida. Pode-se afirmar que a relação entre biopolítica e desenvolvimento é profícua e já nos anos 1980 e 1990 Foucault fornecia coordenadas fundamentais para uma discussão por esta via de estudos, especialmente a respeito de governamentalidade, conhecimento científico e verdade nas políticas de desenvolvimento, vigilância e poder sobre populações, classificações hierárquicas de nações e constituição de subjetividades no “Terceiro Mundo”, conforme escreveram Escobar (1984; 2005), Mudimbe (1988) e Ferguson (1990), cada um ao seu modo.

No entanto, há aspectos não testemunhados por Foucault e que, pode-se afirmar, se configuram como reflexões e análises a partir do pensamento de Giorgio Agamben a respeito de biopolítica – e temas que o autor correlaciona a este – que poderiam ensejar a pergunta inversa concernente ao problema do desenvolvimento: e se o que se testemunha hoje é um vazio de sentido de projeto? A noção de projeto continua a reverberar na sociedade, mas a ela não parecem corresponder reais desafios de mudança social. O sentido de transformação social efetiva está desaparecendo?

Se considerarmos o objetivo primordial do desenvolvimento – que na verdade são vários, mas podemos sintetizar uma ideia geral de transformar as sociedades para uma condição socioeconômica melhor a partir de planejamento e objetivos definidos – já é conhecido dos autores mais críticos que nada do que realmente deveria ter sido feito se realizou, especialmente no que tange a diminuir a desigualdade social. Mesmo assim, parece ser estranho usar estes argumentos, pois justamente uma parte da literatura aqui mobilizada justifica que se os processos

de desenvolvimento criaram mais problemas que soluções e já passou a hora de abandoná-los.

O ponto a ser examinado aqui consiste em entender como nestes últimos anos testemunhamos exatamente a sobrevivência do ideário do desenvolvimento como um combustível quase esgotado e que, entretanto, permanece alicerçando visões de mundo, sonhos de progresso e ações práticas entre agentes privados e públicos.

Assim, primeiramente o trabalho pretende avaliar esta situação ambivalente de permanência e desaparecimento do desenvolvimento, especialmente no que a literatura aponta a respeito do mundo (neo)liberal em que vivemos. Em segundo lugar, refletir sobre a vida, a sobrevivência e a modulação, temas que parecem um tanto distintos, mas que a própria compreensão da política neoliberal do nosso tempo traça conexões complexas, aqui examinadas de maneira a dar pistas de entendimento e sugerir caminhos futuros.

A reflexão posta em marcha neste texto diz respeito à parte da literatura contemporânea sobre o tema da biopolítica e a literatura crítica dos estudos sobre desenvolvimento (em particular no diálogo com a antropologia). Espera-se que fique claro ao leitor que esta análise não partilha das visões normativas sobre o desenvolvimento (como o desenvolvimento deve ser), tão comuns nos estudos em Economia do desenvolvimento e em Ciência Política. Por isto a prioridade em dialogar com autores aqui citados que priorizam a vida real dos processos de desenvolvimento.

Em se tratando de um ensaio, as variadas alusões aos processos sociais e políticos contemporâneos examinados são oriundas de obras de referências escrutinizadas ao longo do artigo. São priorizadas as discussões que se voltam ao tema do desenvolvimento em perspectiva crítica e particularmente à obra de Agamben e de autores com os quais o filósofo italiano dialoga em seus escritos. Inicia-se a reflexão com indagações a respeito do que permanece de caráter de realização do desenvolvimento e a relação com problemas de biopolítica. Após, discute-se como é possível organizar tal debate à luz dos problemas de governo e não-governo que Foucault refletiu quanto ao liberalismo, tendo como ponto de contato teórico um diagnóstico de Deleuze sobre as sociedades de controle para a qual se destaca o recente (e complexo) debate acerca de algoritmos. Ao final,

traçam-se algumas considerações recuperando, no interior das questões que situam o desenvolvimento hoje, o problema do biopoder associado à sobrevivência.

REALIZAÇÃO HUMANA?

Começemos por uma passagem de Agamben sobre o que se passou no último século a respeito do sentido coletivo de construir um mundo que nele, em algum momento, ainda teria tido significado.

Na época moderna, a política ocidental foi, por conseguinte, pensada como assunção coletiva de uma missão histórica (de uma “obra”) por parte de um povo ou uma nação. Essa missão política coincidia com uma missão metafísica, isto é, com a realização do homem como vivente racional. O caráter problemático inerente à determinação dessa missão “política” em relação às figuras concretas do trabalho, da ação e, em última análise, da vida humana foi progressivamente aumentando. [...] Quando, a partir do final da Primeira Guerra Mundial, o paradigma da obra entra em crise e para os Estados-nação europeus começa a se tornar evidente que já não há missões históricas a cumprir, uma reformulação do legado biopolítico da filosofia política clássica se torna o resultado extremo da política ocidental. Na impossibilidade de definir uma nova “obra do homem”, trata-se de assumir agora a própria vida biológica com última e decisiva missão histórica (AGAMBEN, 2015, p. 324-325).

Esta perspicácia de Agamben não nos isenta de uma reflexão que situa o que está para além do mundo Euro-Americano, e é justamente para esta orientação que parece fazer sentido se perguntar sobre desenvolvimento. Será esta grandiosa iniciativa uma “obra para os outros”? Foi por volta dos anos 1930 e 1940 que foram organizadas as primeiras iniciativas em desenvolvimento internacional, justamente após a 2ª Guerra Mundial e com a criação do Banco Mundial. De instituição originada para reconstruir a Europa devastada pelo conflito, sua missão passa se direcionar para o então novo espaço de intervenção: o Terceiro Mundo.

Escobar (1995) faz um estudo sistemático sobre a Era do desenvolvimento: sua invenção, a infantilização do Terceiro Mundo e o sistema de poder que envolvia preocupação/interesse dos países centrais, passava por agências e organismos internacionais e finalizava com a importação e a implementação por Estados já então nomeados como subdesenvolvidos. Para este autor, não se trata mais de pensar que o processo de desenvolvimento é um caminho natural da humanidade; tampouco de corrigir as falhas intrínsecas do progresso e do crescimento. Poder-se-

ia acrescentar que o desenvolvimento é em si mesmo um enquadramento e transfigura-se num modo de entendimento da modernidade ocidental a respeito do mundo, após as grandes narrativas de progresso e evolução serem incorporadas nele (FERGUSON, 2005).

O desenvolvimento, então, é como uma máquina colocada em movimento que objetifica o Outro, faz dele um infantil e se serve de toda a sorte de esquemas de classificação para convencê-lo de sua inferioridade. As razões culturalmente profundas da diferença se tornam elementos a serem transformados, num esforço de tornar a história global uma única via e por meio da defesa de valores morais supostamente universais. A obra de realização no Terceiro Mundo, entretanto, fez muito, contudo sem ser bem sucedida naquilo que nos foi apresentado como motivo o fundamental, isto é, a superação das mazelas e do “atraso”.

[...] O discurso e a estratégia do desenvolvimento produziu seu oposto: subdesenvolvimento e empobrecimento massivos, opressão e exploração com raros testemunhos igualáveis. A crise de dívida, a fome no Sahel, a pobreza crescente, a desnutrição e a violência são somente os signos mais patéticos do fracasso de quarenta anos de desenvolvimento (ESCOBAR, 1995, p. 04).

Quase três décadas após o trabalho do antropólogo colombiano, acima citado, Dambisa Moyo, economista nascida na Zâmbia, faz um apelo sobre a ajuda internacional (uma das linhas de ação dos programas de desenvolvimento mais disseminadas da relação entre países ricos e nações pobres) que impressiona na forma de expor o fracasso:

Nos últimos cinquenta anos, mais de 1 trilhão de dólares em programas de ajuda para o desenvolvimento foi transferido dos países ricos para a África. [...] Mas 1 trilhão de dólares em assistência ao desenvolvimento durante as últimas várias décadas colocou a população africana em melhores condições? Não. De fato, no mundo todo os assistidos por esta ajuda estão em piores condições; muito piores (MOYO, 2009, p. xviii-xix).

Até este momento escrevi sobre desenvolvimento de maneira despreocupada quanto à conceituação. Contudo, vale ressaltar a seguinte observação. Boa parte dos equívocos em relação à noção diz respeito à falta de clareza nas definições. Do que realmente se fala quando se dialoga sobre desenvolvimento? O que ele é,

afinal? Qualquer definição foi evitada até esta parte para recuperar o que Gilbert Rist considera como ponto de partida no entendimento:

‘Desenvolvimento’ consiste de um conjunto de práticas, às vezes aparecendo em conflito uma com outra, que requer – para a reprodução da sociedade – a transformação geral e a destruição do ambiente natural e das relações sociais. Seu objetivo é aumentar a produção de mercadorias (bens e serviços) direcionadas, pelo mecanismo da troca, para demanda efetiva (RIST, 2008, p. 13).

A definição de Rist em geral é chocante para muitos, uma vez que nela não entram aquilo que se tornou o senso comum (e senso comum acadêmico, vale ressaltar): o que os programas de desenvolvimento procuram fazer de “bom” e “benéfico” para as pessoas. Cabe, assim, esta ressalva de que este ponto de partida da definição proposta por Gilbert Rist não tem ponto de chegada. O autor não está interessado num conceito definitivo de desenvolvimento que seja também um “bom desenvolvimento”; este não existe. Esta provocação de Rist auxilia a percebermos como o desenvolvimento tem sido uma grande narrativa – com efetividades práticas muito concretas – que encapsula pessoas, grupos, nações e tem na expansão capitalista um dos pilares cruciais. A observação de Pablo Quintero do que o desenvolvimento representa também é bastante sugestiva:

o desenvolvimento representa um domínio ou campo de pensamento e ação, de tipo escalar, que se desenvolve tanto em nível global como local, constituído por: a) uma episteme generalizada que administra seus discursos e representações (re)produzindo as diretrizes da modernidade/colonialidade no âmbito da subjetividade; b) uma práxis sistemática (não sistêmica) que codifica suas práticas interventoras nas sociedades que se supõe serem subdesenvolvidas. Assim, o desenvolvimento inscreve uma lógica epistêmica e uma lógica operacional mediante as quais funciona precisamente como um sistema estrutural de discursos e práticas (QUINTERO, 2015, p. 158).

Não caberá retomar aqui os eventos históricos fundamentais que conduziram América Latina, África e Ásia nos parâmetros dos esforços para o desenvolvimento, algo já realizado por diversos pesquisadores, alguns deles anteriormente citados neste artigo. Impressiona é a insistência no problema do subdesenvolvimento como

uma narrativa dominante que precisa ser superada² justamente por mais receituários pró-desenvolvimentistas, embora os fracassos de políticas e programas sejam frequentes e bem documentados na literatura, tais como atestam os trabalhos de Vianna (2014) no Brasil, de Andreasson (2005) sobre o continente africano e de Kingsbury (2013) na forma de um balanço global.

Assim, a partir da publicação e do balanço autocrítico de Sachs (2017), antes citado, o que estas duas décadas do séc. XXI nos mostram? É possível destacar três linhas de problemas que os últimos anos – a depender do caso há mais tempo – testemunham e que oportunizam uma leitura cujo entendimento é ampliado se tivermos presente os processos biopolíticos. Estas três problematizações não pretendem sob hipótese alguma esgotar temas, somente ressaltar o que tanto a literatura especializada demonstra como a articulação analítica aqui proposta pode fornecer subsídios relevantes.

Em primeiro lugar, o sentimento compartilhado por muitos de que uma nova fase está em curso e que experimenta uma tendência mais forte de tornar lugares ou regiões “desenvolvíveis”. Faz parte deste novo momento reativar velhas forças, tais como objetificar pessoas, coisas, regiões e mundos virtuais. Mas são as novas demandas do mundo atual que alimentam tais práticas, renovando formas de exploração em mercados recentes e atores disputando espaço no capitalismo global, China e EUA, principalmente. Tal processo não deixa de demonstrar contradições espantosas, cujo epicentro conceitual está na noção de desenvolvimento sustentável. É na expansão dos lugares a serem alvo prospectivo de exploração que surgem novidades, especialmente o que se denominou de novos-extrativismos que tem na mineração e na exploração agrícola/silvícola potenciais problemas ambientais mas com discurso de ambientalmente seguro. Algumas referências, tais como “mineração sustentável”, parecem ser o ápice de um oxímoro.

Mesmo que algumas das iniciativas mais emblemáticas tenham sido protagonizadas por programas estatais, há um espaço crescente de parcerias público-privadas e também a articulação de agentes de governo no esforço

²A noção de tempo progressivo carrega os ares de modernidade, de realização – presente cada vez mais intensamente desde o industrialismo que se disseminou no capitalismo do Ocidente e no mundo comunista. O que Scholem diz sobre “se deformar” na epígrafe deste artigo é o tempo vazio e homogêneo que Walter Benjamin havia compreendido e que faz a mudança ter um ritmo de automatismo.

crescente de criação de ambientes de negócios para espaços “desenvolvíveis” a serem realizados por atores do mundo empresarial.

Em um texto voltado à questão das formas de identificação e as novas tecnologias – e com o risco sempre presente de se deslocar e descontextualizar a argumentação do autor –, Agamben (2014, p. 83) havia escrito que uma das características do tempo em que vivemos hoje é a “incessante deriva governamental do poder político, em que convergem curiosamente tanto o paradigma liberal como o estatista [...]”. Claro está que a busca por novos territórios ou espaços “desenvolvíveis” – inclusive territórios virtuais, ideias, desejos e emoções – é central para a reconfiguração da expansão capitalista, como adiante procurarei retomar na análise, e que isto apetece um conjunto de iniciativas que veem a possibilidade de novos modelos de desenvolvimento. Como antes mencionado, e tal qual Agamben (2014) tem sustentado, não faz tanto sentido perguntar se se trata de um regime liberal ou estatista, pois está em jogo a convergência de ações.

Em segundo lugar, os alvos das políticas e projetos de desenvolvimento foram e continuam sendo os subalternizados, os pobres, os que vivem à margem. Aqui o problema se coloca da seguinte maneira: em geral a realização de mudanças sociais é feita para estes grupos, mas como escreveu Aram Ziai, fazendo bom apelo dos “especialistas em desenvolvimento para legitimamente planejar e implementar intervenções sociais baseadas em conhecimento [técnico] para o bem comum e em particular para o benefício dos mais pobres sem pedir sua permissão” (ZIAI, 2015, p. 835). A novidade é que cada vez mais as tecnologias de participação discorrem sobre a inserção de atores em políticas que lhes interessam, mas é crescente a sensação de que se manifesta o fato de ser mera tecnologia que organizam tanto a inclusão como a exclusão simultaneamente. Os que resistem e falam em seu próprio nome contra a objetificação recebem mais espaço de fala, mas um espaço emoldurado, aquele no qual já se espera certo discurso e sabe-se bem como encapsulá-lo. As mudanças ocorreram, mas o sentido de transformação profunda das estruturas sociais e o padrão do que seja ser ouvido em sociedade não.

Nesta situação, o que sempre rondou é uma ambivalência que se articula bem com o que Agamben chama a atenção a respeito dos limiares. Quem está na mira de políticas de inclusão está também desde sempre no limite de ser excluído, uma vez que o problema do estar dentro e fora dos benefícios do desenvolvimento,

evidentemente não depende dos próprios grupos, em geral vistos como merecendo tutela e pedagogia constante. Pois como afirmou Ruiz “a vida humana é capturada dentro da ordem através da figura da exceção. Isso significa que [...] a vida humana existe dentro do direito, mas sempre com a potencial ameaça de ser excluída do direito” (RUIZ, 2012, p. 05). Os convites à participação social – que em algumas áreas de fato ocorrem – parecem ter poucas condições fazer os que estão no limiar de realmente sentarem à mesa das decisões e alterar a relação entre democracia e desenvolvimento.

Terceiro, a relação entre subjetividade e desenvolvimento é mais complexa do que geralmente pensamos e não será examinada aqui além de uma breve menção. Se na eficácia apelativa do desenvolvimento algo se perdeu como seu horizonte de ação – assim como se perdeu a eficácia ideológica do desenvolvimentismo – não parece ter chegado ao fim o poder da noção no mundo vivido pelas pessoas, como constatou Sachs (2017). O autor reconhece que o desenvolvimento segue nos discursos e práticas das pessoas e nas ações dos Estados, mas com objetivos contraditórios e se metamorfoseando incrivelmente. Se o sonho pode ter dado sinais de esgotamento, o desejo de revivê-lo não caminha no mesmo ritmo. Afirmar hoje que as ideias desenvolvimentistas são universais porque as pessoas desejam melhorar de vida não é mais do que desconsiderar o quanto nosso modo de pensar dificilmente escapou de muitas décadas de insistência nesta narrativa global.

E mais, no âmbito da linguagem assistimos a isto todos os dias. Sem aprofundar esta seara, a contradição mais evidente é a que sugere não haver outra palavra que possa dar conta de algo que é mudança social planejada, tanto faz se as ações são em nível micro ou macro, se são grandes projetos de mineração ou hidrelétrica ou uma horta de agricultura orgânica de bairro, em ambos os casos as pessoas se referem como “projetos de desenvolvimento”.

GOVERNO OU NÃO-GOVERNO: MODULAÇÃO E MERCADOS

Antes de seguir com este debate, será necessário um percurso a respeito das relações entre governo e não-governo, tal qual foi bem examinado por Foucault no final dos anos 1970, o que nos direcionará para novas questões envolvendo os processos de desenvolvimento. Afastando-se de todo ideário apologético e também

da orientação normativa, Foucault (2008a) faz um estudo minucioso da arquitetura do pensamento de diferentes autores do séc. XVIII e passando pelo liberalismo do séc. XX chega ao estudo do neoliberalismo. Mas o que vem a ser o liberalismo? Propositadamente, o balanço sobre liberalismo e neoliberalismo nesta parte do artigo será realizado exclusivamente a partir do pensamento de Michel Foucault, tendo como razões o nexo de argumentações que perfaz Agamben, autor central neste texto, e também as relações de proximidade teórica e intelectual com Gilles Deleuze, também nesta seção examinado.

No liberalismo, o mercado se constitui como um espaço de formação da verdade, nas palavras do autor francês. Vejamos por determinado ângulo, primeiramente. Para os autores liberais clássicos examinados por Foucault, a sociedade possui uma naturalidade que é especificamente humana, isto é, a própria natureza da vida coletiva é se organizar por interesses individuais e ações que podem ser fundamentadas neles. E a bela investigação de Hirschman (2002) a respeito das variadas paixões humanas sendo aos poucos domadas para serem canalizadas em interesses utilitários representa bem o que tal natureza tem de constituição histórica artificial³.

Entre uma e outra, para os liberais, ao final, é voltar à velha questão, mas ainda central, de que a vida não deve ser excessivamente governada. Governo neste caso é transtornar a ação auto-organizativa da vida social, já que se espera apenas que haja condições de um funcionamento que acontece sem intervenção. Duas coisas a reter neste momento: condições e intervenções. A primeira recobre o campo do próprio Estado e do que se espera de governo; a segunda justamente mostra os excessos dos governos. Por conseguinte, Foucault estabelece que seja relevante aos autores liberais que governos façam somente o que lhes cabe, somente o que é esperado tendo como panorama esta naturalidade da vida social: fazer os “elementos da realidade funcionarem uns em relação aos outros” (FOUCAULT, 2008b, p. 86). O *laissez-faire* consiste mesmo em deixar os interesses se manifestarem.

³É claro que não me refiro no sentido de serem falsas, mas de um vasto processo de organização e administração das paixões. Observe-se o quanto a passagem a seguir tem ressonâncias com obras de economistas e filósofos liberais da época: “O famoso conceito de Hegel da Astúcia da Razão exprime a idéia [sic] de que os homens, seguindo suas paixões, realmente servem a algum propósito mais elevado da história mundial, do qual eles estão totalmente inconscientes” (HIRSCHMAN, 2002, p. 41).

O liberalismo é definido por três condições: “Verificação do mercado, limitação pelo cálculo da utilidade governamental e, agora, posição da Europa como região de desenvolvimento econômico ilimitado em relação a um mercado mundial” (FOUCAULT, 2008a, p. 83).

Caso se possa, assim, concluir que entre os liberais o mercado se apresenta como espaço de troca, ao analisar o neoliberalismo e seus autores o mercado será o lugar em que ocorre a concorrência, então a ideia geral de equivalência – do espaço de trocas – é substituída pela de desigualdade (eventual resultado da competição). A mudança é substancial, pois a concorrência econômica valerá enquanto reguladora de conflitos. E o que dizer mais exatamente do mercado? Foucault insistirá que no neoliberalismo o mercado se torna modelo de conduta, inclusive para gestão do Estado. Aqui que podemos observar como se ajusta também às várias críticas sociais que apareceram nas últimas décadas a respeito de como setores estatais se privatizam. Trata-se de perceber o quanto o modelo é persuasivo e que supõe uma forma intrincada de trazer valores profundos para modos de controle e práticas cotidianas de agentes.

Assim, percebe-se como um dos temas que expressa como quase nenhum outro a maior intervenção na economia (o desenvolvimento) entra até nos moldes neoliberais, não se tratando mais de oferecer uma ação incisiva do Estado como ator econômico simplesmente, mas regulando a sociedade de modo a que esta funcione por meio da dinâmica de mercado, da concorrência, dos indicadores de desempenho.

Façamos uma pausa nesta argumentação para apresentar um ponto de vista que, espera-se, possa convergir. Deleuze (1992) havia alertado que a passagem de técnicas disciplinares para as pós-disciplinares estudada por Foucault implicava importantes diferenciais. De todos os argumentos expostos por Deleuze neste curto texto destaque somente o que organiza um problema que pode ser entendido começando pelo modelo do confinamento e da referência analógica. As sociedades de disciplina, diz ele inspirado em Foucault, eram guiadas por confinamentos nos quais o indivíduo saía do seio da família e adentrava na escola, depois no exército, eventualmente no hospital se doente e, dependendo das condições econômicas, na fábrica. Os indivíduos interiorizavam normas e regramentos e em cada instituição mencionada tudo recomeçava.

Diferentemente, as sociedades de controle são aquelas em que isto se exerce ao ar livre de maneira ultrarrápida, conforme menciona o autor citando Paul Virilio. Tudo se transforma: escola, hospital, família, fábrica, nada mais funciona exatamente como um corpo, como um sistema que distribuía indivíduos, serializando, organizando a cada um nos seus quadros; agora estas instituições se valem então de 'espírito', de incentivo, estímulos contínuos, salário por mérito, aprendizado indefinido, e o controle passa também a ser contínuo. A referência não é mais analógica, mas numérica.

Os confinamentos são *moldes*, distintas moldagens, mas os controles são uma *modulação*, como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante [...] (DELEUZE, 1992, p. 221 Grifos no original).

E neste mundo uma das distinções mais eficazes é no próprio processo de individualização. Se no mundo que institui as disciplinas valem a assinatura e a matrícula – aquilo que identifica, contextualiza e posiciona a pessoa – o mundo em que vivemos estas já não operam como essenciais; o que temos de central é o que Deleuze denomina de cifra.

A linguagem numérica do controle é feita de cifras [...]. Não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se *dividuais*, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou "*bancos*" (DELEUZE, 1992, p. 222 – Grifos no original).

O que política do nosso tempo mostrou ser crucial é esta passibilidade de modulação e ciframento. Tornamo-nos uma parte, dividual. Porém dividual no que diz respeito a uma fração de mercado, um perfil de consumidor, não incoerente com individualização crescente dos nossos dias por mais que pareça ser. Deleuze afirma que a fábrica cedeu lugar à empresa e, possivelmente numa afirmação um tanto impetuosa, que o marketing se tornou o verdadeiro instrumento de dominação. Importa ressaltar que a máquina fundamental que faz tudo isto rodar é, claro, informática.

O nexos entre biopolítica e desenvolvimento nunca se mostrou tão preciso, mesmo que o que temos vivido nos países do Sul Global há tempos não seja aquele desenvolvimentismo da força imperiosa dos Estados a conduzirem planos e

programas com verdadeira intervenção na economia. Talvez justamente por isto nesta renovada orientação de expansão do mercado global. Kapoor (2008) já havia sugerido que as formas de ajuste estrutural postas em prática por governos visando programas de desenvolvimento neste atual cenário passaram a encetar controle à distância e “boa governança” (com *accountability* e desenvolvimento gerencial), o que, ao final, Foucault (2008) já havia dado elementos para antecipar tais acontecimentos em sua análise o neoliberalismo.

A plasticidade modulável de produção da vida e a metamorfose incessante do que seja desenvolvimento, que se adapta de forma resiliente aos novos tempos, investem numa convergência que supõe a organização e o governo da vida mesmo que por meio de mecanismos de mercado (e de estímulos para realização de desejos) com modos de viver justamente pós-disciplinares, tais como a multiplicação dos centros de cálculo e controle em tempo real. Para este artigo, posso somente fazer uma alusão sucinta.

Em outro momento (RADOMSKY, 2020), sugeri, inspirado na monografia de Ferguson (1990) e na genealogia teológica da economia de Agamben (2011), que o desenvolvimento pode ser entendido como uma máquina antipolítica e providencial. Naquela ocasião, por meio de análise de dados de pesquisa etnográfica, procurei colocar saliência nas formas pelas quais o Estado se faz presente administrando benefícios ou programas, ao mesmo tempo em que despolitiza problemas sociais tecnificando assuntos políticos. Uma vez que pessoas não são robôs, os mecanismos utilizam sedução e sedação.

Agora cabe observar que, ademais da ação estatal ou de entidades similares ao Estado, há um panorama supra ou infraestatal que articula formas de planejamento com previsão de comportamentos individuais nos mercados por meio de tecnologias de *big data*, *data analytics* e algoritmização da vida com os quais se rastreiam preferências, analisam-se hábitos e favorecem prazeres que atuam diretamente nos desejos a serem satisfeitos com imediaticidade. Tanto modulação ou modelagem com maleabilidade, tais práticas não perdem a assinatura de poder pastoral (COOPER, 2020), de fragmentação da realidade e nem de numerização do

mundo⁴. Assim, o desenvolvimento se apresenta ainda eficaz para captura e controle da vida.

Contraditoriamente, este fenômeno recente deriva de um mecanismo de obtenção informacional de grandes agregados de dados que são publicizados por cada um de nós e são simultaneamente dados privados, mas o crucial é que operam por meio da liberdade das informações fornecidas por todos através de nossas ações cotidianas. Por esta razão que a relação pode parecer paradoxal mais uma vez, já que é num período histórico de culminância do valor moral do indivíduo que a liberdade também parece desaparecer.

É claro que, de maneira suplementar, precisaríamos observar as mudanças que estamos testemunhando no que tange ao valor da liberdade da ação e da razão iluminista com consequências até mesmo para a discussão de qual humanismo ainda se pode falar quando aparatos sócio-técnicos se incumbem de uma governamentalidade algorítmica muito peculiar. Recorda Cooper (2020) que as tecnologias algorítmicas podem debilitar a ideia geral de liberdade humana e nos fazer voltar a refletir sobre noções antes consagradas como a de autoafirmação humana na modernidade e recuperar, quem sabe, a decisiva ideia de alienação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No problema biopolítico examinado por Giorgio Agamben em várias obras aparecem derivações que confrontam os lugares comuns de nosso tempo, tais como a produção tecnológica de incremento do tempo de vida humana que a cada certo tempo cientistas apresentam como conquista de seus feitos. Chama a atenção que isto tem e terá ainda mais consequências para o que se pode dizer ou denominar de vivente, já que entre vida e sobrevida o limiar é complexo – e os estudos de Henri Bichat sobre vida vegetativa e animal têm importância tremenda hoje (analisado em AGAMBEN, 2002; 2008; ESPOSITO, 2012). Até que momento da vida esta mesma

⁴Tema que não poderá ser abordado adequadamente neste ensaio, mas que deverá fazer parte cada vez mais da agenda de pesquisas. Algumas reflexões recentes se encontram em Sadin (2015) e Cooper (2020) somente para mencionar dois. É de destaque que as análises têm revelado aspectos que convergem com os trabalhos de Foucault e Agamben, apoiando-se em problemas tais como o poder pastoral, a vida controlada por dispositivos técnicos, a vigilância, a visibilidade e a captura dos movimentos humanos no cotidiano. Exploração de regularidade de condutas e mineração de dados podem ocorrer tanto por governos como por empresas.

pode ainda ser realmente vida? Mas os sistemas da sociedade de controle sugeridos por Deleuze (1992) já estão organizados para trabalhar sobre modulações maleáveis. Não mais somente viver ou produzir a vida, mas, para Agamben o que está em jogo é fazer sobreviver. “Nem a vida nem a morte, mas a produção de uma sobrevivência modulável e virtualmente infinita constitui a tarefa decisiva do biopoder em nosso tempo” (AGAMBEN, 2008, p. 155).

É possível que justamente por isto o desenvolvimento sobreviva também, agora como vazio de sentido e de projeto, mais plasmado para capturar a vida que resta a ser controlada. A elasticidade do que pode ser desenvolvimento se combina com a plasticidade da algoritmização da vida em torno das cifras, *data*-quantificação e mensuração dos comportamentos que importam para os mercados. Os programas e as políticas públicas de desenvolvimento podem alimentar sonhos ou servir para aumentar o poder de setores estatais ou não-estatais, e nesta seara têm profundo impacto. Estas mudanças de fato ocorreram, mas fazem pouco de concreto para transformações sociais que poderiam ter efeitos realmente favoráveis para as vidas das pessoas.

Por essa razão algumas das iniciativas preferiram abandonar a linguagem do desenvolvimento para construir alternativas. Começa a ficar cada vez mais claro que pessoas confrontam relações de poder que procuram enquadrar a ação, propositadamente usam projetos para dar sentido às vidas, eventualmente até mesmo projetos desenhados para o desenvolvimento, porém os utilizam para outros fins, como mostrou Perrot (2008). São iniciativas que colocam a vida em primeiro plano – os projetos são apenas meios de realização – com formas de organização lugarizadas e objetivos de curto ou médio alcance, e conseguem sucesso justamente ao ativar laços sociais e comunitários. São lutas por questões concretas e quem sabe reside nelas a esperança de explodir com o sonho do progresso que quer se expandir como ideia universal, totalizante e por isto mesmo se transformou em automatismo economicista e acrítico.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

_____. **O que resta de Auschwitz**. O arquivo e a testemunha (Homo Sacer, III). Tradução de Selvino Assman. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O reino e a glória**: uma genealogia teológica da economia e do governo (Homo Sacer, II, 2). Tradução de Selvino Assman. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Nudez**. Tradução de Davi Pessoa. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

_____. **A potência do pensamento**: ensaios e conferências. Tradução de António Guerreiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

ANDREASSON, Stefan. Orientalism and African development studies: the 'reductive repetition' motif in theories of African underdevelopment. **Third World Quarterly**, v. 26, n. 6, p. 971-986, 2005.

COOPER, Rosalind. Pastoral power and algorithmic governmentality. **Theory, Culture and Society**, v. 31, n. 1, p. 29-52, 2020.

DELEUZE, Gilles. Post scriptum sobre as sociedades de controle. (In) _____. **Conversações**. 1972-1990. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. p. 219-226.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development**: the making and unmaking of the Third World. Princeton, Princeton University Press, 1995.

_____. Discourse and power in development: Michel Foucault and the relevance of his work to the Third World. **Alternatives**, v. 10, p. 377-400, 1984.

_____. El "postdesarrollo" como concepto y práctica social. (In) MATO, Daniel (coord.). **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Tradução de Emeshe Juhász-Mininberg. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2005. p. 17-31.

ESPOSITO, Roberto. **Third person**: politics of life and philosophy of the impersonal. Tradução de Zakiya Hanafi. Cambridge; Malden: Polity Press, 2012.

FERGUSON, James. **The anti-politics machine**: "development", depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho. Cambridge; New York, Cambridge University Press, 1990.

_____. Anthropology and its Evil Twin: "Development" in the Constitution of a Discipline. In: EDELMAN, Marc; HAUGERUD, Angelique. (Eds.). **The Anthropology of development and globalization**: from classical political economy to contemporary neoliberalism. Malden: Blackwell, 2005. p. 140-153.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. Curso no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2008a.

_____. **Segurança, território, população**: Curso no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2008b.

GUPTA, Akhil. **Red tape**: bureaucracy, structural violence, and poverty in India. Durham; London: Duke University Press, 2012.

HIRSCHMAN, Albert. **As paixões e os interesses**: argumentos políticos a favor do capitalismo antes do seu triunfo. Tradução de Luiz Guilherme B. Chaves e Regina Bhering. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KAPOOR, Ilan. **The postcolonial politics of development**. London: Routledge, 2008.

KINGSBURY, Damien. **Critical reflections on development**. New York: Palgrave, 2013.

MEZZADRA, Sandro; REID, Julian; SAMADDAR, Ranabir. (Ed.). **Biopolitics of development**: Reading Michel Foucault in the postcolonial present. London; New Delhi: Springer, 2013.

MOYO, Dambisa. **Dead Aid**: why aid is not working and how there is a better way for Africa. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2009.

MUDIMBE, Valentin. **The invention of Africa**: gnosis, philosophy, and the order of knowledge. Bloomington: Indiana University Press, 1988.

PERROT, Dominique. Quem impede o desenvolvimento “circular”? (Desenvolvimento e povos autóctones: paradoxos e alternativas). Tradução de Lígia Romão. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 17, p. 219-232, 2008.

QUINTERO, Pablo. **Antropologia del desarrollo**: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Kula, 2015.

RADOMSKY, Guilherme F. W. As políticas de desenvolvimento entre a sedução e a sedação. **Sociedade e Cultura** (UFG), v. 23, n. 1, p. 1-26, 2020.

RIST, Gilbert. **The history of development**: from western origins to global faith. Tradução de Patrick Camiller. 3. ed. Londres: Zed Books, 2008.

RUIZ, Castor Bartolomé. A sacralidade da vida na exceção soberana, a testemunha e sua linguagem. Releituras biopolíticas da obra de Giorgio Agamben. **Cadernos IHU**, São Leopoldo, v. 10, n. 39, p. 1-50, 2012.

SACHS, Wolfgang. Introduction. In: _____ (Ed.). **The development dictionary**: a guide to knowledge as power. Londres: Zed Books, 1992, pp. 1-5.

_____. The Sustainable Development Goals and *Laudato si'*: varieties of post-development? **Third World Quarterly**, v. 38, n.12, p. 2573-2587, 2017.

SADIN, Éric. **La vie algorithmique**: critique de la raison numérique. Paris: Éditions L'Échappée, 2015.

SYLVESTER, Christine. "Bare life as a development/postcolonial problematic". **The Geographical Journal**, v. 172, n. 1, p. 66-77, 2006.

VIANNA, Catarina M. Lições em engenharia social: a lógica da matriz de projeto na cooperação internacional. **Horizontes Antropológicos**, v. 20, n. 41, p. 87-115, 2014.

ZIAI, Aram. Post-development: premature burials and haunting ghosts. **Development and Change**, v. 46, n. 4, p. 833-854, 2015.

Artigo recebido em: 24/04/2020

Artigo aprovado em: 18/06/2020

Artigo publicado em: 03/07/2020